

# Ministros vão depor no Senado



João Manoel Cardoso: erros foram operacionais

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado que investiga irregularidades na importação de alimentos durante o Plano Cruzado acelera o ritmo dos trabalhos para apresentar o relatório final até a segunda quinzena do próximo mês.

Segundo informou o presidente da chamada CPI dos Alimentos senador Dirceu Carneiro (PMDB/SC). A comissão concluirá a atual fase com depoimentos de dois ministros: João Batista de Abreu, do Planejamento, previsto para o dia 3 de maio, e Iris Rezende, da Agricultura, já confirmado para o dia 4. As audiências serão na Comissão de Relações Exteriores, ambas às 9h30.

Ontem a CPI ouviu depoimento do ex-assessor do então ministro Dilson Funaro, da Fazenda, João Manoel Cardoso de Melo. Ele disse que na época do Plano Cruzado, quando o governo importou milhões de dólares em gêneros alimentícios, "essas compras, no geral, foram dimensionadas corretamente".

Apesar de o relator da CPI, senador Mauro Borges (PDC/GO) ter afirmado, com base em documen-

tos, que houve desvios e que funcionários do segundo escalão cometeram abusos, João de Melo observou que os possíveis erros detectados pela comissão foram de ordem operacional, o que considera normal.

O ex-assessor do ministro da Fazenda, que exerceu a função durante o Plano Cruzado e que, portanto, participou ou, pelo menos, tomou conhecimento daquelas compras, disse que a importação de carne bovina era imprescindível para o equilíbrio do mercado interno, já que havia grande demanda de consumo. Só fez um reparo o Governo deveria ter aberto mais concorrência ao setor privado, como forma de dar maior transparência às negociações. Ele não concordou também com o fato da Interbrás — empresas subsidiárias da Petrobrás ter sido colocada à frente das negociações.

## SEM PROBLEMAS

Com relação à importação do milho argentino — cerca de 300 mil toneladas — João Manoel Cardoso de Melo salientou que, politicamente, o negócio foi muito bom para o País, porque promoveu uma maior inte-

gração comercial com a Argentina, o que "já estava nos planos do presidente José Sarney". Além do mais, salientou o preço era compatível com o mercado internacional. Ele também contestou afirmações de Mauro Borges, segundo as quais o País comprou além do necessário.

No seu depoimento, João Manoel Cardoso de Melo criticou "a desordem do setor público" brasileiro e pregou profundas mudanças no aparelho do Estado, o qual, a seu ver, se encontra à beira do caos. "Esse reestruturamento é vital para a democracia", garantiu o ex-assessor, ao pedir, ainda maior fiscalização por parte do Poder Legislativo.

Ele também defendeu a criação de um Ministério do Abastecimento, como forma de enxugar a máquina que decide e centraliza esse setor que, atualmente, envolve dois ministérios: Agricultura e Fazenda. Para João Manoel Cardoso de Melo, não existe mais sentido na existência de certos órgãos "que não ajudam em nada e só prejudicam a área de abastecimento", como o Conselho Interministerial de Preços.